

# AFEGANISTÃO

## REPÚBLICA ISLÂMICA DO AFEGANISTÃO

Chefe de Estado e de governo:	<b>Hamid Karzai</b>
Penal de morte:	<b>retencionista</b>
População:	<b>32,4 milhões</b>
Expectativa de vida:	<b>48,7 anos</b>

O mês de outubro marcou o 10º aniversário da intervenção militar internacional no Afeganistão. O contínuo conflito armado entre o governo afegão e seus aliados internacionais de um lado, e, de outro, os Talibã e grupos armados associados resultou num número recorde de morte de civis, levando a Amnistia Internacional a reiterar os seus apelos para que o Tribunal Penal Internacional investigue suspeitas de crimes de guerra e de crimes contra a humanidade. Segundo a Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA), 3.021 civis foram mortos no conflito em 2011, sendo os grupos armados responsáveis por 77 por cento das mortes civis. As autoridades judiciárias, a polícia e o Exército Nacional Afegão, de modo rotineiro, violaram seriamente os direitos humanos. As prisões e detenções arbitrárias prosseguiram, com uso sistemático de tortura e de outros maus-tratos pelos serviços de inteligência. Os afegãos, sobretudo as mulheres e as meninas, foram privados do direito à saúde e à educação. A ajuda humanitária permaneceu inacessível na maioria das áreas controladas pelos Talibã e por outros grupos insurgentes. A ONG afegã *Safety Office* (ANSO) documentou 170 ataques contra trabalhadores de ONG – um aumento de 20 por cento em comparação com o ano de 2010. A violência contra mulheres e meninas foi amplamente praticada sem qualquer punição dos responsáveis, principalmente nas áreas controladas pelos insurgentes. As mulheres que denunciaram casos de violência baseada no género obtiveram respostas insuficientes.

### Antecedentes

O novo parlamento tomou posse em 26 de janeiro, quatro meses depois das eleições, que foram marcadas por violência e por fraudes eleitorais. A Amnistia Internacional expressou preocupação com a inclusão de candidatos suspeitos de terem cometido crimes de guerra e outros abusos dos direitos humanos.

Nader Nadery, Fahim Hakim e Mawlawi Gharib, destacados integrantes da Comissão Independente de Direitos Humanos do Afeganistão (AIHRC), não foram reconduzidos no cargo, em 21 de dezembro, quando o presidente Hamid Karzai não renovou o seu mandato pouco antes da publicação de um relatório que inventariava violações de direitos humanos cometidas no passado.

Em julho, a NATO e a Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF) começaram a transferir a responsabilidade pela segurança de sete províncias para o governo afegão. Em novembro, uma segunda fase da transição da segurança teve início em 17 províncias.

As conversações de paz entre o governo afegão, os Talibã e os grupos insurgentes prosseguiram, apesar do assassinato, a 20 de setembro, do ex-presidente Burhanuddin Rabbani, que estava a conduzir o diálogo; o ex-presidente foi assassinado por dois homens que se passavam por representantes dos Talibã. Em junho, o Conselho de Segurança da ONU desvinculou os Talibã da Al Qaeda, retirando o grupo da lista de sanções da ONU.

Apenas nove mulheres estavam entre os 70 membros do Conselho Superior da Paz – o órgão responsável pelas negociações com os Talibã e com outros grupos armados. Grupos afegãos de defesa dos direitos das mulheres e organizações da sociedade civil manifestaram sérias preocupações com relação aos direitos humanos, principalmente os das mulheres, temendo que, por conveniência, se abrisse mão de tais direitos. O governo afegão e os seus aliados internacionais ainda não implementaram, nem nas políticas nem na prática, a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, que requer que as mulheres sejam representadas de forma adequada e significativa em todos os estágios das conversações de paz.

### **Abusos cometidos por grupos armados**

Os Talibã e outros grupos armados visaram os civis como alvos, cometendo assassinatos e sequestros, ferindo civis indiscriminadamente em atentados à bomba (inclusive através de múltiplos atentados suicidas), violando as leis da guerra e cometendo uma série de abusos dos direitos humanos. Aumentaram os assassinatos seletivos de civis afegãos, inclusive de autoridades do governo e de anciãos tribais, que trabalhavam para ou que, supostamente, apoiavam o governo ou as organizações internacionais.

Segundo a UNAMA, os Talibã e outros grupos armados foram responsáveis por 77 por cento das mortes de civis. Cada vez mais, recorreram ao uso de artefactos explosivos improvisados, que foram detonados em mesquitas, nos mercados públicos e noutras áreas frequentadas por civis, fazendo aumentar consideravelmente o número de óbitos entre a população civil.

Os grupos armados visaram sistematicamente os trabalhadores humanitários, matando 31, ferindo 34 e sequestrando e detendo 140 trabalhadores.

■ A 28 de junho, homens armados e bombistas suicidas talibã atacaram o Hotel Intercontinental, na capital, Cabul, matando sete pessoas.

■ A 13 de setembro, cerca de 10 insurgentes atacaram a embaixada dos EUA, o quartel-general da NATO e outros alvos de alta visibilidade em Cabul. Pelo menos 11 civis, entre eles estudantes, e cinco polícias foram mortos. Mais de 24 civis ficaram feridos. Os Talibã reivindicaram a responsabilidade pelos ataques; porém, os EUA atribuíram a responsabilidade à rede Haqqani, que se acredita estar radicada nas áreas tribais paquistanesas e contar com o apoio do Paquistão.

■ A 17 de setembro, nove civis, entre os quais cinco crianças, foram mortos quando um artefacto improvisado explodiu na província de Faryab, noroeste do Afeganistão.

■ A 31 de outubro, homens armados e bombistas suicidas talibã atacaram o escritório do ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, na cidade de Kandahar, no sul do país, matando três funcionários.

■ A 6 de dezembro, um atentado suicida à bomba em Abul Fazl, um local sagrado para os muçulmanos xiitas, em Cabul, deixou pelo menos 71 mortos. Outras quatro pessoas foram mortas numa explosão quase simultânea numa mesquita xiita em Mazar-e Sharif. Esses ataques assinalaram uma séria escalada na violência sectária, até então rara. O grupo armado paquistanês Lashkar-e-Jhangvi, ligado à Al Qaeda e aos Talibã do Paquistão, reivindicaram responsabilidade pelos ataques ocorridos durante as comemorações xiitas do Ashura.

### **Violações cometidas pelas forças afegãs e internacionais**

A ISAF e a NATO continuaram a lançar ataques aéreos noturnos, matando um grande número de civis. Segundo a UNAMA, pelo menos 410, ou 14 por cento dos civis, foram mortos em operações da ISAF, da NATO ou do Afeganistão.

■ No dia 20 de fevereiro, o governador da província ocidental de Kunar denunciou que 64 civis, entre os quais 29 crianças, tinham sido mortos durante operações terrestres e aéreas realizadas em conjunto pelas forças afegãs e da ISAF, no distrito de Ghazi Abad, nos dias anteriores. Oficiais graduados da ISAF contestaram os números, mas concordaram em conduzir uma investigação conjunta. Oficiais da NATO afirmaram mais tarde que a maioria dos mortos eram insurgentes.

■ No dia 23 de março, Jeremy Morlock, um soldado norte-americano que confessou ter participado no assassinato de três civis afegãos, em 2010, foi sentenciado a 24 anos de prisão. Ele declarou ao juiz do tribunal militar da Base Militar Lewis-McChord, nos EUA, que "o plano era matar pessoas".

### **Prisões e detenções arbitrárias, tortura e outros maus-tratos**

O Diretório Nacional de Segurança (DNS) do Afeganistão continuou a prender e a deter suspeitos de modo arbitrário, negando-lhes acesso a advogados, a familiares, a tribunais ou a outros órgãos externos. Pesam contra o DNS denúncias confiáveis de que a instituição tortura os detidos e mantém unidades de detenção secretas. Após a ONU ter publicado um relatório, em outubro, documentando o uso sistemático de tortura pelos agentes do DNS, a NATO interrompeu a transferência de detidos para a custódia das forças afegãs. Segundo o relatório, prisioneiros tinham sido torturados em 47 unidades de detenção do DNS e da polícia, em 22 províncias diferentes.

■ Em agosto, familiares de um afegão detido pelo DNS, em Cabul, por ter supostamente passado dinheiro falsificado, contaram à Amnistia Internacional que ele foi preso pelo DNS em abril e que foi torturado para confessar. O homem, que não pode ser identificado por razões de segurança, teria sido espancado e pontapeado até vomitar e perder a consciência.

As forças dos EUA continuaram a deter cidadãos afegãos e alguns estrangeiros, sem ter legitimidade jurídica para isso e sem cumprir o processo legal adequado. Aproximadamente 3.100 detidos ainda se encontram no Centro de Detenção da província de Parwan (próximo da antiga unidade de detenção da base da força aérea, no aeroporto de Bagram). Encontravam-se detidos por tempo indeterminado em "internamento de segurança". Alguns estavam detidos havia vários anos. Em janeiro, os EUA entregaram o controlo de um dos setores do centro de detenção, com 300 presos, para as autoridades afegãs, como parte de suas operações de transferência de detidos. O Departamento de Defesa dos EUA afirmou que, até o mês de maio, as autoridades afegãs tinham realizado mais de 130 julgamentos na unidade e no Centro

de Justiça Afegã de Parwan desde o início destes julgamentos, em junho de 2010 (veja a secção sobre os Estados Unidos).

### **Liberdade de expressão**

Os jornalistas afegãos realizaram o seu trabalho, apesar das pressões e da violência, inclusive por parte de instituições governamentais e de outros organismos influentes. O DNS e o Conselho dos Ulemás (formado por autoridades religiosas) interpuseram ações penais contra pessoas que escreveram ou falaram a respeito de assuntos considerados blasfêmia ou ameaça à segurança nacional.

■ Três afegãos que tinham sido presos e detidos em 2010 por se converterem ao cristianismo foram libertados entre março e abril.

Jornalistas foram sequestrados, espancados ou assassinados em ataques com motivações políticas, tanto por forças do governo como por grupos insurgentes. Segundo a organização afegã de observação dos meios de comunicação Nai, 80 jornalistas foram atacados e três foram mortos. Nas áreas controladas pelos Talibã e por outros grupos armados, os jornalistas foram ativamente impedidos de trabalhar e sofreram ataques frequentes.

O governo não investigou devidamente nem processou os responsáveis por ataques a jornalistas, a defensores dos direitos humanos e a outras pessoas que exerciam pacificamente o seu direito à liberdade de expressão.

■ A 18 de janeiro, Hojatullah Mujadedi, diretor da rádio Kapisa FM, com sede no nordeste do país, foi libertado depois de passar quatro meses detido pelo DNS em Cabul. Tinha sido acusado de cumplicidade com os Talibã.

■ A 6 de julho, membros dos Talibã ameaçaram o repórter Niamatullah Zaheer, da TV Ariana, na província de Helmand, por ter efetuado reportagens em que criticava os ataques dos Talibã.

### **Violência contra mulheres e meninas**

As mulheres e as meninas afegãs continuaram a ser vítimas de discriminação, de violência doméstica, de casamentos forçados, de tráfico e de moeda de troca para resolução de disputas. Além disso, foram alvos frequentes de ataques das forças dos Talibã. Segundo um relatório conjunto elaborado pela ONU Mulher e pela Comissão Independente de Direitos Humanos do Afeganistão, 56 por cento de todos os casamentos ocorreram com uma noiva menor de 16 anos. De 22 de março a 31 de dezembro, o Ministério das Questões da Mulher documentou 3.742 casos de violência contra mulheres. Em setembro, numa ação positiva, a Procuradoria-Geral concordou em criar seis escritórios provinciais para combater a violência contra as mulheres.

Na maioria das vezes, a polícia e os tribunais não deram andamento às queixas de abusos contra as mulheres, de modo que suas denúncias de espancamentos, de violação e de outras formas de violência sexual raramente foram investigadas. As mulheres que tentaram fugir de casamentos abusivos foram detidas e processadas por supostos delitos como "fuga do lar" e crimes "contra a moral", nenhum dos quais está previsto no Código Penal, além de serem incompatíveis com o direito internacional relativo aos direitos humanos.

■ Em abril, os Talibã raptaram e assassinaram uma mulher no distrito de Zurmat, província de Paktia. O grupo alegou que ela foi morta por trabalhar para uma ONG, contrariando os rumores de que teria sido um homicídio de “honra”.

■ Gulnaz, de 21 anos, que cumpria uma pena de 12 anos de prisão, em Cabul, por adultério, foi libertada em dezembro. Os advogados afirmaram que as acusações não tinham fundamento à luz do direito afegão. Gulnaz tinha sido presa em 2009, depois de ter denunciado à polícia a violação de que fora alvo. Foi pressionada pelo tribunal e por outros a casar-se com o homem que, posteriormente, foi condenado pela sua violação.

### **Direito à saúde**

Ataques seletivos contra trabalhadores humanitários e estatais, principalmente médicos, privaram milhões de pessoas de cuidados de saúde, especialmente nas áreas mais afetadas pelo conflito e naquelas controladas pelos Talibã e por outros grupos armados. Apesar de algumas melhoras nos índices de mortalidade materna e infantil em certas áreas do país, de modo geral, a situação das mulheres grávidas e das crianças continuou muito má.

### **Direito à educação**

Os Talibã e outros grupos armados atacaram escolas, estudantes e professores. Nas áreas ocupadas por esses grupos, muitas crianças, sobretudo meninas, foram impedidas de frequentar as aulas. De acordo com o Ministério da Educação, mais de 7.3 milhões de crianças matricularam-se nas escolas do país, 38 por cento das quais eram meninas. Segundo informações de fontes oficiais, mais de 450 escolas permaneciam fechadas e cerca de 200 mil crianças não frequentavam as aulas devido à situação de insegurança, principalmente nas províncias do sul e do leste.

■ A 24 de maio, os talibã mataram a tiros Khan Mohammad, diretor da escola de meninas Poorak, na província de Logar, sudeste do Afeganistão. Apesar de ter recebido várias ameaças de morte dos Talibã, exigindo que ele interrompesse as suas atividades, continuou a dar aulas às meninas.

### **Refugiados e pessoas internamente deslocadas**

Segundo dados do ACNUR, entre os meses de janeiro e junho, o maior número de pessoas que solicitaram asilo em países industrializados provinha do Afeganistão. Até ao fim do ano, o ACNUR tinha registrado mais de 30 mil pedidos de asilo de cidadãos afegãos, enquanto cerca de 2.7 milhões continuavam como refugiados no Paquistão e no Irão. O número total de pessoas deslocadas em consequência do conflito chegou a 447.647.

As pessoas internamente deslocadas rumaram para os arredores das grandes cidades, como Cabul, Herat e Mazar-e Sharif. Muitas acabaram por se estabelecer em bairros degradados, onde tiveram que viver em ambientes superlotados e em condições insalubres, sem qualquer acesso à água potável, a abrigos adequados ou a serviços de saúde, e sob a constante ameaça de desalojamentos forçados. Em outubro, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) registrou um aumento de 40 por cento no número de pessoas deslocadas pelo conflito no norte do país, em comparação com 2010.

■ No início de junho, combates entre as forças do governo e os Talibã, na província de Faryab, teriam deslocado pelo menos 12 mil pessoas.

## **Pena de morte**

Houve duas execuções. Mais de 140 pessoas permaneciam no corredor da morte e quase 100 tiveram as suas sentenças de condenação à morte confirmadas pelo Supremo Tribunal.

■ Em junho, dois homens, um paquistanês e um afegão, foram executados na prisão de Pul-e-Charkhi, em Cabul, depois do Presidente ter rejeitado seu apelo por clemência. Tinham sido condenados pela morte de 40 pessoas e por causar ferimentos em mais de 70, na maioria civis, durante um ataque a um banco na cidade de Jalalabad, província de Nangarhar, em fevereiro.

## **Visitas/relatórios da AI**

🗉 Representantes da Amnistia Internacional visitaram o país de junho a setembro.

📄 Afghanistan 10 years on: Slow progress and failed promises (ASA 11/006/2011)